

U.11. A intervenção do Estado na Economia

Teste n^o1

O presente teste avaliará as seguintes competências (Aprendizagens Essenciais):

- Caracterizar a estrutura do setor público em Portugal (Setor Público Administrativo e Setor Público Empresarial);
- Justificar a intervenção do Estado na atividade económica (promover a eficiência, a estabilidade e a equidade);
- Explicitar os instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social (planeamento e políticas económicas e sociais);
- Apresentar o conceito de Orçamento do Estado;
- Distinguir receitas públicas de despesas públicas (correntes e de capital) e apresentar exemplos de receitas e de despesas públicas;
- Calcular e classificar os saldos orçamentais (corrente, de capital, global e primário) e explicitar a evolução desses saldos, em Portugal, em percentagem do PIB;
- Explicar a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social;
- Dar exemplos de políticas económicas do Estado (políticas fiscal, orçamental, monetária e de preços), identificando os seus objetivos e instrumentos;
- Dar exemplos de políticas sociais do Estado (combate ao desemprego e de redistribuição dos rendimentos), identificando algumas das suas medidas.

COTAÇÕES

Questão	I					
	1.1.	1.2.	2.	3.	4.1.	4.2.
Cotação	10	10	10	10	10	10
Questão	I				II	
	5.	6.	7.	8.	1.	2.1.
Cotação	10	10	10	10	25	25
Questão	II			TOTAL		
	2.2.	3.	4.			
Cotação	20	20	10	200		

SOLUÇÕES – U.11 “A Intervenção do Estado na Economia” – 14 Dias

GRUPO I	
1.1.	(D)
1.2.	(D)
2.	(A)
3.	(A)
4.1.	(C)
4.2.	(C)
5.	(C)
6.	(B)
7.	(D)
8.	(C)

GRUPO II	
1.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação da razão pela qual a forte subida dos encargos com os juros da dívida pública poderá limitar a ação do Estado na promoção da equidade, referindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o agravamento das despesas públicas, resultante do aumento dos encargos com a dívida pública, obrigou o Estado a reduzir o valor de outras despesas públicas; • o Estado, ao reduzir o valor dos subsídios de desemprego, contribuiu para a diminuição do rendimento (disponível) das famílias (de menores rendimentos), agravando a desigualdade na distribuição/repartição do rendimento (e comprometendo a promoção da equidade).
2.1.	<p>As receitas públicas, em Portugal, aumentaram 4,2% em termos nominais, entre janeiro e setembro de 2019. Este aumento deu-se graças ao contributo positivo das componentes “Contribuições Sociais”, que aumentaram 6,1%, e “Vendas e Outras Receitas Correntes”, que aumentaram 9,5%. As “Receitas de Capital” diminuíram 18,1%, o que limitou o crescimento das receitas totais, no entanto, a “Receita Fiscal” também limitou um maior crescimento da “Receita Total”, por ter crescido apenas 2,4%.</p> <p>Por outro lado, a diminuição das despesas com Consumo Intermédio (de 0,4%), Outras Despesas de Capita (3,1%) e Juros (6,1%) limitou o crescimento de 2,8% verificado nas despesas totais. Este aumento deve-se à evolução positiva das “Despesas com Pessoa” (4,1%), “Prestações Sociais” (3,7%), Subsídios (18,3%), Outra despesa corrente (8,4%) e FBCF (5,8%).</p>

Como a receita pública total aumentou a um ritmo maior que as despesas públicas, podemos afirmar que se verificou uma diminuição do défice ou um aumento do superávit do saldo orçamental, isto é, que este verificou um aumento.

2.2.

Receitas janeiro 2019 = [Receitas set.2019/ 1,042] = [66515/1,042] \approx 63834,0 M€

Despesas janeiro 2019 = [Despesas set.2019/ 1,028] = [64925/1,028] \approx 63156,6 M€

Saldo Orçamental jan2019 = Receitas jan2019 – Despesas jan2019

= 63834,0 – 63156,6 = 677,4 M€

Saldo Orçamental set2019 = Receitas set2019 – Despesas set2019

= 66515-64925 = 1590 M€

Taxa de Variação Saldo Orçamental=[(S.O.set2019 – S.O.jan2019)/ S.O.jan2019]x100

Taxa de Variação = [(1590-677,4)/677,4]*100 = 134,7%

3.

O IVA é considerado um imposto regressivo porque, cobrando a mesma taxa de imposto para toda a gente, vai penalizar as famílias com menos rendimento. Isto acontece porque a taxa única que estes impostos praticam tem um maior peso no rendimento total das famílias com menores rendimentos do que no rendimento das famílias com maiores rendimentos. Em suma, o IVA pode ser considerado um imposto regressivo porque “prejudica os mais pobres e beneficia os mais ricos”.

A aplicação de impostos progressivos é uma das medidas implementadas durante a aplicação de uma política de redistribuição dos rendimentos. Por outras palavras, ao fazer com que as famílias com maior rendimento paguem uma maior parcela de imposto, os impostos progressivos fazem com que as assimetrias na distribuição dos rendimentos sejam corrigidas.

4.

Reducir a idade de reforma

Promover as qualificações profissionais dos trabalhadores.